



**UNIFEOB**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS**

**ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE**

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO INTEGRADO**

**GESTÃO DO RISCO NAS PEQUENAS  
PROPRIEDADES RURAIS**

**SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP**

**NOVEMBRO, 2021**

UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS  
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTEGRADO**  
GESTÃO DO RISCO NAS PEQUENAS  
PROPRIEDADES RURAIS

MÓDULO TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS

GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCO – PROF. LUIZ  
FERNANDO PANCINE

GESTÃO DE AGRIBUSINESS – PROF. DANILO MORAIS DOVAL

ESTUDANTES:

AMANDA C. P. ARAÚJO, RA 1012021200102

CAROLINE C. MOREIRA, RA 1012019200147

JULIA DO P. VALVERDE, RA 1012019200298

PEDRO D. P. VENTURINI, RA 1012019200171

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO, 2021

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. PROJETO INTEGRADO</b>	<b>4</b>
2.1 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	4
2.1.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO	6
2.1.2 MATRIZ DE RISCO	8
2.2 GESTÃO DE AGRIBUSINESS	11
2.2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR	11
2.2.2 GESTÃO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS	12
2.2.3 GESTÃO DO RISCO PARA UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL	15
<b>3. CONCLUSÃO</b>	<b>16</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>17</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>19</b>

# 1. INTRODUÇÃO

Esse projeto apresentará o conceito de gestão de risco, como realizar o gerenciamento de risco, e como usar a ferramenta de matriz de risco juntamente com o ciclo PDCA no processo de decisão das pequenas propriedades rurais.

A gestão de risco é todo um conjunto de atividades, que tem como objetivo gerenciar e controlar uma entidade em relação aos perigos que possam ser apresentados.

A análise da gestão de risco, para ser bem sucedida, é necessário que haja a observação do ambiente em que a empresa está inserida, assim como as leis que a mesma deve seguir, os concorrentes de mercado e a cultura organizacional.

Cada vez mais a agricultura familiar vem buscando e desenvolvendo melhorias com o objetivo de alcançar o máximo na sua produção, diminuir perdas e melhorar o gerenciamento do negócio.

## **2. PROJETO INTEGRADO**

Ao decorrer deste projeto será aprofundado o estudo da gestão de investimentos e riscos nas organizações e quais são suas categorias, assim como é executado o processo desse gerenciamento e explicar visualmente a matriz de riscos e oportunidades para o negócio, demonstrando seus benefícios e prejuízos.

Em decorrência do progressivo crescimento da agricultura o projeto abordará também o conceito aprofundado da gestão agribusiness, demonstrando qual o papel da agricultura familiar e em pequenas propriedades e em contrapartida como se dá a gestão de riscos e quais são suas etapas nessas categorias.

### **2.1 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS**

O agronegócio mundial está vivendo um processo mais moderno, globalizado e competitivo em todos seus aspectos, e a eficiência produtiva vem representando uma das metas de qualquer empresa rural que busca maior eficiência na gestão de custos e riscos no agronegócio.

Na ciência econômica, a palavra “gestão” está diretamente relacionada com o ato de gerir, administrar e/ou gerenciar um negócio em prol de um objetivo final.

Quando aplicado na gestão/administração de uma empresa rural, este conceito está diretamente ligado ao processo de gerenciamento das atividades administrativas e financeiras do empreendimento, possibilitando que essas ações sejam realizadas com o intuito de se alcançar os objetivos do produtor rural.

Vários podem ser os objetivos de qualquer investimento sob empreendimento rural, que se enquadram nos seguintes tópicos:

- Administrar/gerenciar os recursos produtivos (capital, terra e trabalho) disponíveis;
- Modificar o método produtivo das atividades tornando-as mais eficientes, como implantar um sistema de irrigação no plantio ou construir um novo galpão para a criação de aves;
- Trazer mais lucratividade ao empreendimento, por meio do aumento da produção das atividades agropecuárias ou através do controle dos custos;
- Diminuir ou ao menos enfrentar os riscos inerentes à atividade agropecuária, por meio de tomadas de decisão mais assertivas;
- Melhorar o padrão de qualidade de vida da família.

Em razão disso, o produtor/empresário rural precisa estar sempre bem informado sobre a composição e o comportamento de seus investimentos, além dos principais riscos inerentes à atividade, somente assim ele poderá elaborar estratégias que busquem as melhores formas de ação possíveis. Assim como ocorre com a gestão de investimentos, a gestão de riscos também deve ser uma preocupação constante pertinente a toda atividade rural.

Neste contexto, todos sabemos que o ambiente do agronegócio é bastante peculiar, inclusive quanto aos seus riscos. Basicamente, cinco são os grupos de riscos mais recorrentes:

- Riscos de produção: Podem ser tecnológicos, climáticos e biológicos. São considerados riscos, pois podem afetar, principalmente, a produtividade da atividade.
- Riscos de Mercado: Estes podem ser a curto prazo (pela variação do preço dentro do ciclo biológico) ou a longo prazo (em virtude da variação dos preços além de um ciclo produtivo). Há também o risco relacionado à inflexibilidade do negócio (dificuldade em mudar de atividade em momentos de crise).

- Riscos Financeiros: Estes riscos têm relação direta com os custos da atividade, dívidas elevadas, juros altos e relação falha entre consumo e investimento (quando o agricultor gasta todo o dinheiro em consumo e nada em investimento).
- Riscos Pessoais: Tais riscos podem ser de saúde, quebra de contrato de casamento ou de desavenças familiares, quebra de sociedade e quebra de objetivo principal do negócio.
- Riscos de Conhecimento ou falta dele: Representados pelo não conhecimento da atividade, acesso deficitário às informações, sem querer reaprender, ou seja, o empreendimento para no tempo por falta de conhecimentos.

De fato, a gestão de custos e riscos no agronegócio é uma importante ferramenta de análise econômica no ambiente rural. Mas ainda são variáveis desconhecidas pela grande maioria dos produtores brasileiros, provocando o estrangulamento do agronegócio, já que essas informações são sempre imprescindíveis para o processo de tomada de decisões.

## **2.1.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO**

O gerenciamento de riscos tem por finalidade planejar, organizar, executar e ter controle dos recursos, tanto de pessoal quanto de material de dentro de uma organização, visando minimizar impactos e ter melhor aproveitamento dos recursos em geral.

De acordo com a ISO 31.000 para que se tenha uma gestão eficaz é preciso seguir os seguintes princípios:

- Proteger e criar valor para as organizações.
- Ser parte integrante de todos os processos organizacionais.
- Ser considerada no processo de tomada de decisão.
- Abordar explicitamente a incerteza.

- Ser sistemática, estruturada e oportuna.
- Basear-se nas melhores informações disponíveis.
- Estar alinhada com os contextos internos e externos da organização e com o perfil do risco.
- Considerar os fatores humanos e culturais.
- Ser transparente e inclusiva.
- Ser dinâmica, interativa e capaz de reagir às mudanças.
- Permitir a melhoria contínua dos processos da organização.

Quando falamos em gerenciamento de riscos não se trata apenas de impactos negativos, tratamos também dos positivos, claro que cada um afeta a organização de uma maneira diferente, os negativos podem gerar um impacto grande o suficiente para destruir a organização e seus objetivos e os impactos positivos que por sua vez agrega valor e abre portas de novas oportunidades e talvez até mesmo o estudo de novos objetivos.

Além de seguir todos os princípios e entender quais os possíveis impactos relacionados ao gerenciamento de riscos, é possível enumerar as principais finalidades desse processo, sendo:

- Alinhar o apetite a risco com a estratégia adotada: definindo os objetivos e criando mecanismos de gerenciamento;
- Fortalecer as decisões em resposta aos riscos: identificando alternativas e respostas de como evitar, reduzir, compartilhar e aceitar os riscos;
- Reduzir as surpresas e prejuízos operacionais: identificando os riscos em potencial e estabelecer soluções rápidas;
- Identificar e administrar riscos múltiplos e entre empreendimentos: possibilitando de uma maneira eficaz e rápida a identificação dos riscos e impactos que afetam diferentes áreas da organização;

- Aproveitar oportunidades: considerando todos os eventos em potencial e sendo proativo em identificar e saber aproveitar as oportunidades;
- Otimizar o capital: administrando e avaliando os riscos levando em consideração a necessidade de utilização do capital por prioridades.

## **2.1.2 MATRIZ DE RISCO**

Nesta matriz, para avaliar os riscos, são necessárias análises qualitativas e quantitativas.

Na análise quantitativa, o que preocupa é o custo financeiro, seja em capital, recursos, ou tempo gasto para correção do rumo do projeto após a materialização de um risco identificado ou não, previamente. Ela é mais objetiva, utilizando uma análise numérica dos riscos.

Já na análise qualitativa, o objetivo é verificar quais riscos têm alta probabilidade de ocorrer, e se os riscos podem causar um grande impacto ao todo. Outros três fatores também são importantes, sendo eles:

- Vulnerabilidade: onde se verifica se a empresa está preparada adequadamente, se possui as condições necessárias para implementar uma resposta e em quanto tempo;
- Velocidade: avalia se o risco pode se concretizar de forma rápida ou gradual.
- Exposição: Até que ponto uma organização está sendo exposta ao risco e por quanto tempo está, ou estará.

A matriz de riscos transmite suas ideias visualmente com grande eficiência; é um processo de fácil execução, e pode ser atualizado sem muitas dificuldades.

Ela costuma ser implementada em uma escala de cores, verde, amarelo e vermelho, com uma indicação de impacto positivo, médio ou negativo respectivamente.

As cores representando os valores são utilizadas em grande maioria, mundialmente, facilitando assim o entendimento de modo geral. É utilizado um gráfico de dois modos:

- Horizontal: avalia o risco x à sua probabilidade.
- Vertical: avalia o impacto causado.

A própria empresa deve, após considerar o que é de importância alta, média ou baixa, definir os limites para seus modos horizontal e vertical, pois não há um limite padrão de divisão dos mesmos. Assim como também não há um número limite de quantos níveis podemos dividir a probabilidade de ocorrência de um evento. Apesar de não haver um padrão, a Norma AS/NZS nº 4.360 (LEITE, 2012) nos auxilia a fazer a divisão em cinco níveis para a probabilidade de um evento acontecer. São eles:

- É quase certo que se ocorra, praticamente inevitável;
- Sua ocorrência é provável, algo que já se viu na prática;
- Sua ocorrência é possível. Algo mais teórico, mas ainda assim, pode acontecer;
- Um risco improvável, pouquíssimas chances de ocorrer;
- Irá se concretizar muito raramente, com probabilidade muito baixa.

Quanto ao modo vertical, que trata do impacto causado, devem ser considerados aspectos financeiros, estratégicos e operacionais. Então devem ser observados o que são os objetivos da empresa e de seus acionistas, e considerar o que pode ser um resultado positivo ou negativo.

O investidor quando aposta seu dinheiro em um empreendimento próprio, ele aguarda para que haja um retorno, um aumento no capital investido e uma valorização sobre o seu produto, qualquer coisa que possa impactar no seu lucro ou prejudicar o crescimento do resultado final que ele espera, pode ser prejudicial para sua imagem perante o mercado.

Retrocessos em índices contábeis e financeiros são aspectos que devem ser considerados para avaliar o impacto de um risco. É de extrema importância que a empresa não deva apenas produzir lucro, mas sim produzir valor econômico. Então,

qualquer evento que afete os lucros, valor do capital da empresa, ou que afaste clientes, deve ser devidamente tratado e evitado para que não diminua a sua participação no mercado, ou prejudique a imagem da instituição perante o público em geral, são consequências que devem ser incluídas na matriz, no modo vertical.

Após o preenchimento da matriz, a empresa deve analisar onde deverá atuar com maior prioridade para evitar os riscos e aproveitar as oportunidades. Conforme a localização do risco nas zonas vermelha, amarela ou verde, o mesmo deve ser tratado. Um risco vermelho deve ser tratado de qualquer modo, pois tem um alto impacto, ou irá com certeza, acontecer. Então, se a equipe de gerenciamento de riscos classificou um risco nesta região, o tratamento deve ser o mais imediato possível. Um risco na região amarela, tem quase a mesma urgência da vermelha, apenas devem ser considerados questões de recursos, e possibilidades de tratar este risco juntamente com os prioritários. Já os riscos verdes, não possuem tanta urgência, pois são mais maleáveis. São parte do gerenciamento de riscos, mas podem ser tratados após a implementação das medidas de prevenção dos riscos vermelhos e amarelos.

A imagem abaixo mostra uma matriz de riscos dividida em níveis de probabilidade x níveis de impacto causado pelo evento. Essa matriz trata especificamente de riscos negativos, sendo possível conjugar riscos positivos e negativos em uma única matriz de riscos.

<b>Probabilidade</b>	<b>90%</b>	Média	Média	Alta	Alta	Alta
	<b>70%</b>	Baixa	Média	Média	Alta	Alta
	<b>50%</b>	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta
	<b>30%</b>	Baixa	Baixa	Média	Média	Alta
	<b>10%</b>	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Média
		<b>Muito Baixo</b>	<b>Baixo</b>	<b>Moderado</b>	<b>Alto</b>	<b>Muito Alto</b>
		<b>Impacto</b>				

## **2.2 GESTÃO DE AGRIBUSINESS**

Nas últimas décadas, um setor que vem em uma crescente transformação é o da atividade de agricultura. O que chamamos de agricultura hoje, há anos atrás possuía cada vez menos espaço com evolução da tecnologia e das metodologias, tornando-se hoje o Agribusiness, o eixo central de grandes negócios no Brasil.

O maior desenvolvimento do meio agricultor se deu na década de 1970, com exportação de frutas, aves e cana de açúcar principalmente. Hoje em dia o Brasil é o país pioneiro na exportação de muitos produtos levando em consideração a comparação com países de alto desenvolvimento.

Com o avanço do crescimento da tecnologia, onde máquinas foram tomando maior espaço no setor agro, destaca-se o principal problema para o agricultor de pequenas propriedades e agricultor familiar, onde o empresário deve se preocupar além do seu negócio, é necessário ter planejamento, estratégia, execução do plano, verificação se houve sucesso e caso não tenha tido, qual será seu plano de ação. O processo do PDCA nesse caso é fundamental para o sucesso do agribusiness.

### **2.2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR**

De fato, o agronegócio movimentava bilhões, por ano, em comércio exterior. Tem uma importância significativa para manter o saldo positivo (superavitário) da balança comercial brasileira. Sem dúvida, é um vetor importante para uma matriz de desenvolvimento econômico que se coloca bem sucedida em um país com vocação agrícola. No entanto as monoculturas, típicas do agribusiness, trazem problemas de natureza ambiental, econômica e social.

Já a agricultura familiar, embora não possua o glamour das imagens de grandes colheitadeiras jorrando grãos e armazenando-os em gigantescos silos, é quem produz mais de 65% de tudo o que vai para a mesa de cada brasileiro, gera mais de 70% dos empregos no campo, número este que chega a mais de 90% em municípios de pequeno porte.

Tal modelo se coaduna com o conceito de “economia de base diversificada”, que procura incluir os pequenos, sem excluir os grandes e que mais se aproxima dos princípios de democracia e justiça social. Já a renda obtida na atividade rural dos latifúndios, embora importante, fica concentrada nas mãos de poucos, afinal, para uma lavoura de monocultura se tornar viável e lucrativa, um único proprietário necessita de uma grande extensão de terra.

No interior de São Paulo, a agricultura familiar emprega quase 41% da população rural, segundo dados do IBGE (2018); sendo essas pessoas 85% do sexo masculino e 15% do sexo feminino, sendo em sua maioria dos 55 a 64 anos.

### **2.2.2 GESTÃO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS**

Uma propriedade rural é caracterizada e regulamentada pelo Estatuto da Terra, onde se define conforme a sua atividade e finalidade, segundo a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, Art. 4, dispõe sobre o Estatuto as principais:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;

IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;

V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

Visto isso, podemos definir que a Pequena Propriedade Rural é aquela que possui de um a quatro módulos fiscais, comprovando que a sua atividade é exercida apenas por familiares e que essa é sua única fonte de sobrevivência.

Seguindo essas características é onde podemos definir de qual tipo de atividade rural estamos tratando e assim buscar a melhor gestão em geral.

Para que a atividade rural tenha sucesso é importante implantar um conjunto de atividades de planejamento, organização e controle das atividades, sempre atento ao ponto de vista financeiro, buscando com esses recursos, aumentar a produção e reduzir os custos, assim sempre tendo melhor resultado financeiro.

Na atividade rural, além da escolha do que se deve cultivar, também é importante um estudo sobre melhor época de plantio para que se tenha uma boa colheita, se aprofundando em época do ano, clima, fatores naturais que podem ser de risco para a produção, por isso é de suma importância planejar, organizar, controlar e buscar sempre reduzir os riscos.

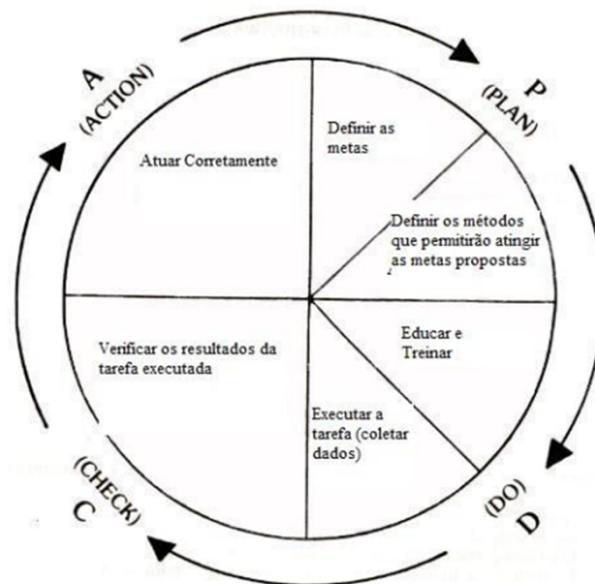
Um método muito utilizado é o conhecido PDCA ou Ciclo de Deming que tem por objetivo a melhoria dos processos de forma constante e que pode ser utilizado em todos os processos da atividade rural, baseando-se em quatro etapas, sendo elas:

Plan (planejar): é preciso que os objetivos da empresa estejam alinhados, por isso é preciso identificar os problemas existentes, fazer um levantamento dos dados para traçar metas possíveis e tangíveis, ter uma equipe alinhada para que seja possível ter um plano de ação e assim cumprir as metas e definir indicadores de desempenho;

Do (fazer): o momento de colocar todo o planejamento em prática, fazendo treinamento do plano de ação junto a equipe e coletando dados do resultado desse processo, seja ele positivo ou negativo.

Check (checar): nessa etapa do ciclo é realizado a análise dos resultados, para que seja identificado possíveis falhas e problemas e assim ter sempre um parâmetro de onde precisa melhorar, o que precisa mudar, fazendo os ajustes necessários;

Act (agir): não apenas de agir, a sigla também pode ser de ajustar, depende da ação a ser tomada, pois nessa etapa é feito a correção dos erros anteriores, encontrando soluções e parametrizando um novo planejamento, com isso iniciando o ciclo novamente ou no caso de ter alcançado o objetivo e o resultado for positivo, pode ser usado como referência em novos processos.



Fonte: Campos (1999)

Sendo assim, com a utilização desse processo a pequena propriedade rural pode ir refazendo o ciclo, melhorando a qualidade e o aumento da produção, uma vez que esse método visa a melhoria contínua, solucionando os problemas.

### 2.2.3 GESTÃO DO RISCO PARA UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

A seguir, um demonstrativo de matriz de risco de uma pequena propriedade rural:

Objetivo-Chave	Descrição	Risco Inerente			
		Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Análise da terra para avaliar necessidade de defensivos e fertilizantes	Resultado da análise inconsistente a realidade da terra	8	2	16	Médio
Adubação e pulverização	Condições climáticas	10	5	50	Alto
Colheita	Contratação inadequada	5	2	10	Médio
Beneficiamento	Interrupção do beneficiamento	2	5	10	Médio
Envase	Falta de bag no mercado	2	2	4	Baixo
Venda	Volatilidade de preço	10	8	80	Extremo
Sustentabilidade	Aumento do custo	1	1	1	Baixo

Essa é a ferramenta a ser utilizada para um bom gerenciamento na propriedade rural, ela mostra claramente os riscos, e desta forma, pode-se precaver grandes perdas no futuro.

A entidade rural também sofre com as alterações do mercado mundial, como alta do dólar, que influencia no aumento de preço dos insumos, queda de produção e aumento de preço do produto final. Além de toda influência do clima, que pode trazer grandes chuvas e secas, assim como geadas e outras situações climáticas naturais.

Acima o impacto x probabilidade, demonstrando os níveis de risco de acordo com cada fase mapeada na matriz de risco.

### 3. CONCLUSÃO

Ao longo deste projeto, ficou claro que para gestão eficiente e eficaz da agribusiness é indispensável a ótima gestão dos riscos envolvidos no processo, pois o impacto nesse segmento pode afetar diretamente uma pequena empresa ou família.

O processo de gerenciamento de risco é fundamental para qualquer segmento, seja de pequeno ou médio porte, industrial ou agrícola. Quando cita-se o negócio agricultor dá-se ainda mais ênfase no processo de gerenciamento de riscos, pois trata-se de um dos maiores setores que movem a economia brasileira.

Com a explanação visual da matriz de riscos observamos que são feitas análises qualitativas e quantitativas, trazendo para a tomada de decisão uma facilidade maior, uma vez que trata-se de um método simples e assertivo se bem preenchido. Na matriz pode-se observar também as oportunidades disponíveis, o que é de grande importância na gestão agribusiness.

Atualmente, o agribusiness vem crescendo constantemente, o empresário/agricultor precisou atuar fora da órbita somente da “plantação” e precisou se tornar administrador integral, se envolvendo no negócio de forma macro, olhando ainda para o trabalho mas para principalmente para uma gestão de forma completa, pensando em estratégia, planejamento e controle.

Por fim, conclui-se que para sucesso do agribusiness, assim como em outras organizações, é fundamental que o empresário/agricultor exerça o ciclo PDCA integralmente e invista tempo verificando os riscos e oportunidades que estão abertos à frente para seu negócio.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Juliana. Toda Matéria: Economia no Brasil. 2018. Disponível em [https:// www.todamateria.com.br/economia-no-brasil](https://www.todamateria.com.br/economia-no-brasil). Acesso em 27 nov. 2021.

BRASIL. JUSBRASIL. Artigo 4 da Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Acesso em 29 nov. 2021.

CRUZ, Diego. IBS: A importância da gestão na pequena propriedade rural. 2016. Disponível em: <https://www.biosistemico.org.br/blog/importancia-da-gestao-na-pequena-propriedade-rural/>. Acesso em 20 nov. 2021.

DIAS, Adriana. Administradores.com. Agribusiness: Boa gestão e bons resultados. Disponível em <https://administradores.com.br/noticias/agribusiness-boa-gestao-bons-resultados>. Acesso em 27 nov. 2021.

GIANNICHINI, Tiago. Mídia Ninja: O agronegócio e a agricultura familiar. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/danielzen/o-agronegocio-e-a-agricultura-familiar/>. acesso em 11 nov. 2021.

HUMBER. Confira o que é e como funciona a gestão do agronegócio. 2019. Disponível em: <https://blog.humberseguros.com.br/post/gestao-do-agronegocio/>. Acesso em 16 nov. 2021.

IBGE. Dados definitivos: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com vínculo familiar. 2018. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/produtores.html?localidade=35](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html?localidade=35). Acesso em 18 nov. 2021.

NAPOLEÃO, Bianca. Matriz de risco (Matriz de Probabilidade e Impacto). 2019 disponível em: <https://ferramentasdaqualidade.org/matriz-de-riscos-matriz-de-probabilidade-e-impacto/>. Acesso em 10 nov. 2021.

OLIVEIRA, Wallace. Venki: O que é gerenciamento de riscos? Finalidades e conceitos. 2014. Disponível em: <https://www.venki.com.br/blog/o-que-e-gerenciamento-de-riscos/>. Acesso em 05 nov. 2021.

SECULO XXI. Como fazer a gestão de investimentos no agronegócio. 2018. Disponível em: <https://seculoxximas.com.br/fgv/como-fazer-a-gestao-de-custos-e-riscos-no-agronegocio/>. Acesso em 25 nov. 2021.

SECULO XXI. Como fazer a gestão de riscos no agronegócio. 2018. Disponível em: <https://seculoxximas.com.br/fgv/como-fazer-a-gestao-de-custos-e-riscos-no-agronegocio/>. Acesso em 25 nov. 2021.

SYDLE. Ciclo PDCA: quais são as etapas e como funciona? Veja exemplos. Disponível em: <https://www.sydle.com/br/blog/ciclo-pdca-6019c634725a6426834dece>. Acesso em 10 nov. 2021.

THOMPSON, Strickland e Gamble (2008, p.4).

## **ANEXOS**

MATRIZ DE RISCO, disponível <https://ferramentasdaqualidade.org/matriz-de-ricos-matriz-de-probabilidade-e-impacto/>

BEZERRA, Juliana. Toda Matéria: Economia no Brasil. 2018. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/economia-no-brasil>. Acesso em 27 nov. 2021.